

Fronteira do Tempo: Representações de Pessoas Refugiadas nos Jornais Locais e a Relevância da Coetaneidade

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.196.13>

Daniela Monteiro

Universidade Aberta, Lisboa, Portugal/Universidade de Trás-os-Montes e
Alto Douro, Vila Real, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-3968-1531>
daniela.monteiro@uab.pt/danielas@utad.pt

Emília Araújo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3600-3310>
era@ics.uminho.pt

Resumo

Este texto analisa as representações mediáticas das pessoas refugiadas a partir de 122 notícias publicadas entre janeiro de 2017 e junho de 2023 em dois jornais regionais portugueses: o *Diário do Minho* (75 peças) e o *Correio do Minho* (47 peças). A investigação inscreve-se no campo emergente dos estudos do tempo e das migrações, explorando como os discursos jornalísticos constroem uma experiência temporal distinta para as pessoas refugiadas. Os resultados evidenciam que as peças jornalísticas operam frequentemente uma “localização temporal”, através da qual as pessoas refugiadas são frequentemente representadas como estando “à espera” ou “em espera”, num tempo suspenso e liminar, o que contribui para a estigmatização e a invisibilização.

Palavras-chave

emigrações, jornais locais, refugiados, tempo, temporalidades

Introdução

Diversas perspectivas têm evidenciado que os discursos jornalísticos influenciam a percepção pública das migrações e moldam a orientação das políticas migratórias. Macedo et al. (2024) afirmam que, no “discurso mediático e político, as expressões ‘imigrantes’, ‘minorias étnicas’, ‘raças’ aparecem frequentemente associadas, remetendo ao entendimento de ‘imigrante’ como alguém que difere da ‘norma’ em termos raciais e culturais” (p. 1). Segundo Torvisco e Chinaea (2020), os títulos de capa e os textos jornalísticos são manifestações da realidade migratória, pois moldam o entendimento social acerca das pessoas refugiadas nas sociedades receptoras. Hoje, fala-se cada vez mais sobre como os média tecem fronteiras temporais que definem quem está dentro ou fora de tempo. Neste texto procuramos mostrar que os conteúdos jornalísticos são agentes dessas fronteiras temporais, atuando na inclusão e/ou na exclusão da população refugiada. Analisando a imprensa local, mostramos que as pessoas refugiadas são retratadas como “à espera”, situadas “noutro tempo”, dando conta de processos e mecanismos de diferenciação que contribuem para a persistência de invisibilidades e exclusões desta população.

O texto¹ contempla um ponto dedicado ao quadro teórico e prossegue com a descrição da metodologia utilizada, à qual se seguem a apresentação e discussão de resultados.

Quadro Teórico

As Representações das Pessoas Refugiadas nos Média

O discurso mediático acompanha transformações geopolíticas e reposicionamentos institucionais (Torvisco & Chinaea, 2020) ao apresentar migrantes e populações refugiadas. Em Portugal, o enquadramento mediático das migrações continua marcado por heranças coloniais, silenciando processos históricos e desigualdades estruturais (Macedo et al., 2024). Essa lógica encontra respaldo nos manuais escolares de História, que difundem narrativas eurocêntricas e legitimam clivagens entre “nós” e os “Outros” (Cabecinhas et al., 2022). O estudo de Santos-Silva e Guerreiro (2020) mostra que, em momentos críticos associados à crise dos refugiados, os média portugueses perpetuam a invisibilidade social e política das pessoas refugiadas no espaço público, ao não lhes conferirem voz e ao contribuírem para a reprodução de representações estereotipadas, bem como para a sua desumanização e marginalização.

No plano internacional, outros estudos têm evidenciado padrões semelhantes de representação, ainda que inscritos em realidades políticas e mediáticas distintas. Avraamidou et al. (2019) analisaram jornais greco-cipriotas que se reportavam à crise de pessoas refugiadas e mostraram que a Europa foi retratada como entidade

1 Versão adaptada de versão publicada em inglês: Monteiro, D., Araújo, E., & Azevedo, A. (2024). The time of the outside: Exploring the representation of migrant and refugee individuals in local newspapers. In R.A. Novais & C. Arcila Calderón (Eds.), *Representations of Refugees, migrants, and displaced people as the 'Other'* (pp. 49–65). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65084-0_4

desumana, fragmentada e politicamente cúmplice da tragédia humanitária, conferindo a essas pessoas um estatuto de vítimas de um sistema ineficaz. A investigação de Breazu e McGarry (2023) revela que o discurso mediático pode ser instrumentalizado para sustentar agendas políticas anti-imigração. De forma semelhante, Coschignano et al. (2023), ao analisarem mais de 100 mil títulos da imprensa italiana entre 2013 e 2021, evidenciaram que a população migrante é frequentemente apresentada como entidade não-agente, associada a cenários negativos. Gabrielatos e Baker (2008) observaram que os jornais sensacionalistas tendem a adotar uma linguagem mais alarmista e desumanizante. Em contraste, os jornais de referência, embora mais comedidos, mantêm tendências negativas.

A análise longitudinal da cobertura jornalística, realizada pelos autores entre 1996 e 2005, evidencia que os picos de atenção mediática, geralmente motivados por eventos políticos ou legislativos, coincidem com a intensificação das representações hostis. O estudo de Kakavand e Trilling (2022) reforça esta leitura ao mostrar como, em períodos de instabilidade, por exemplo, a respeito dos atentados de Paris e Berlim, os média tendem a associar criminalidade a estrangeiros e minorias, especialmente a pessoas vindas de fora do espaço europeu, reforçando, assim, mecanismos de estigmatização.

Fronteiras de Tempo

A questão das fronteiras surge como tema transversal em grande parte da literatura acadêmica dedicada à análise crítica dos discursos mediáticos. Blokker et al. (2023), ao analisarem o discurso político nos jornais alemães, destacam a oscilação entre a “cultura de boas-vindas” e a “barreira fronteiriça”, expressões que condensam a tensão entre a abertura humanitária e o controlo securitário. Este binómio reflete debates mais amplos sobre soberania, identidade e responsabilidade partilhada na Europa, pois, neste sentido, a fronteira deixa de ser apenas um limite territorial para se tornar um marcador temporal de inclusão e exclusão. Tavory (2023) lembra que a intersubjetividade implica a partilha de um tempo comum. No entanto, essa partilha nem sempre é possível quando os sujeitos são mantidos em regimes de espera. A teoria social contemporânea tem vindo a sublinhar que a relação com o “Outro” exige o reconhecimento das suas temporalidades. Fabian (1983) desenvolve o conceito de “alocronismo”, afirmando que, nas relações de poder entre sociedades, há a produção de uma diferença temporal que impede o reconhecimento do “Outro” como coetâneo.

Assumir que os média, ao posicionarem as pessoas refugidas num “outro” tempo, frequentemente em atraso, suspensão ou espera, implica pressupor que contribuem para afirmarem o alocronismo (em vez do homocronismo), ou seja, uma maneira implícita de marginalização que sugere a partilha artificial e universalizada de uma mesma temporalidade (Birth, 2008), ocultando as especificidades temporais inscritas nas experiências pessoais e coletivas, passadas e futuras. A investigação de Vianelli et al. (2022) propõe, justamente, o conceito de “fronteira temporal”, conceito através do qual os autores demonstram que diferentes formas de proteção são atribuídas com base em temporalidades irregulares, marcadas pela compaixão ou pela exceção, mas que excluem sistematicamente da proteção formal aqueles que não se enquadram nos

critérios normativos da União Europeia. Zamponi (2018), ao analisar práticas de solidariedade para com pessoas refugiadas em Itália, contribui para esta conclusão, ao distinguir entre o tempo da ação direta, que caracteriza a intervenção imediata no sentido da resolução de uma situação de catástrofe, e o tempo do posicionamento político, também voltado para a satisfação de exigências imediatas, em detrimento do cuidado com o tempo de longo prazo, relativo à temporalidade trazida e experimentada pelas próprias populações.

Metodologia

Este estudo assenta numa análise de conteúdo da cobertura mediática sobre pessoas refugiadas em dois jornais regionais portugueses (*Diário do Minho* e *Correio do Minho*), ambos da região Norte, com particular incidência no distrito de Braga. A análise abrange o período compreendido entre janeiro de 2017 e outubro de 2023, delimitado pela disponibilidade de conteúdos digitais a partir desse ano. No total, foram identificadas 130 peças jornalísticas: 83 do *Diário do Minho* (75 notícias e oito artigos de opinião) e 47 do *Correio do Minho*. Para efeitos desta investigação, apenas os textos noticiosos foram considerados, resultando num *corpus* final de 122 notícias, tendo sido excluídos os artigos de opinião, de forma a focar a análise nas representações veiculadas pelas notícias. Após uma triagem inicial, definiram-se duas grandes categorias analíticas, com base em pressupostos teóricos relacionados à articulação entre temporalidade e discurso mediático (Zamponi, 2018).

Resultados

A análise temática das 122 notícias revelou três grandes dimensões temporais, conforme apresentadas na Tabela 1, que estruturam o discurso mediático sobre os refugiados nos jornais locais da região Norte de Portugal (*Correio do Minho* e *Diário do Minho*).

Tabela 1
Temas e subtemas temporais emergentes da análise.

Fonte. Adaptado de Monteiro et al. (2024)

Temas	Subtemas	<i>Correio do Minho</i>		<i>Diário do Minho</i>		Total	
		n	%	n	%	n	%
Tempo de sincronização	Tempo emergência	16	13	13	11	29	24
	Tempo integração	11	9	24	20	35	29
	Tempo solidariedade	4	3	6	5	10	8
Tempo de coetaneidade	-	6	5	5	4	11	9
Tempo político	Tempo sensibilização	10	8	20	16	30	25
Outros	-	0	0	7	6	7	6
	Total	47	39	75	61	122	100

As peças analisadas remetem, na sua maioria, para ações desenvolvidas pelas instituições no sentido da sincronização de tempos das pessoas refugiadas, frequentemente tomadas como coletivos homogêneos, com os tempos da sociedade de acolhimento. Este tempo de “sincronização” contempla, particularmente, o que designamos “tempo-integração” e “tempo-emergência”. O primeiro, relativo aos conteúdos que remetem às ações desenvolvidas pela comunidade recetora, normalmente instituições públicas e não governamentais, no sentido de “integrar” e acomodar a população refugiada nas escolas, propiciar emprego e fornecer condições de habitação. O segundo eixo diz respeito a conteúdos que remetem para ações orientadas pela lógica da “emergência”, isto é, movidas pela necessidade de responder de forma rápida às necessidades da população refugiada. O eixo “tempo-solidariedade” agrega conteúdos que apelam à participação da sociedade civil, descrevendo eventos culturais, iniciativas comunitárias e ações institucionais, que enfatizam a prontidão, a rapidez e a celeridade no apoio a esta população.

A segunda dimensão, que denominamos (tentativa de) “tempo de coetaneidade”, é, com efeito, a menos frequente, e apenas escassas notícias destacam iniciativas artísticas, educativas ou comemorativas protagonizadas por pessoas refugiadas, que podem funcionar como espaços de afirmação identitária e de continuidade cultural. No entanto, mesmo estas narrativas tendem a manter as pessoas numa posição periférica face ao tempo presente da sociedade que “as acolhe”, revelando uma coetaneidade parcial. Por exemplo, uma das notícias relata a inauguração, por parte de uma ministra, de uma exposição com obras de artistas refugiados ucranianos, destacando a sua resiliência e os “contributos” da comunidade refugiada através da arte. Também se menciona que as escolas de Braga abriram as suas portas a estudantes afegãos refugiados com talento musical, destacando o apoio educativo e os esforços de integração. As peças reconhecem migrantes e refugiados como “atores de desenvolvimento territorial”, evidenciando o seu “potencial” de contribuir positivamente para as comunidades locais. Há uma ênfase particular no “potencial único” que os jovens migrantes “trazem” para o desenvolvimento dos territórios, realçando o impacto positivo da juventude na transformação dos contextos locais.

Outro exemplo é a forma como o Dia Mundial do Refugiado é assinalado, frequentemente através de atividades de sensibilização e de envolvimento comunitário. No entanto, as imagens revelam que a maioria dos participantes são os próprios refugiados, o que expõe uma contradição: ainda que estas iniciativas pareçam conferir “presença temporal” a estas populações, os discursos acabam por reforçar a “condição” de refugiado, representado como grupo homogêneo e num presente que pouco ou nada considera as suas próprias temporalidades. Em contraste, exemplos que evidenciam, de forma mais objetiva, um interesse genuíno pelo tempo do “Outro” surgem apenas em algumas peças que fazem referência à expressão artística de “mulheres ucranianas refugiadas”.

Por fim, a terceira dimensão, “tempo-político”, diz respeito ao modo como os jornais enquadram as ações e os discursos que visam sensibilizar a opinião pública. Este tempo manifesta-se, sobretudo, em iniciativas promovidas por instituições religiosas,

organizações humanitárias ou figuras públicas que denunciam a insuficiência das respostas ou apelam a uma ação mais coordenada. Embora existam referências pontuais à responsabilidade empresarial ou à investigação científica, os jornais tendem a privilegiar um tom caritativo e moral (*dever de ajuda*), mais do que um debate político estruturado e estrutural sobre o acolhimento e a integração.

Os eventos entrelaçam simbolismo religioso com um forte apelo à memória do sofrimento destas populações. Líderes católicos em Fátima não apenas amplificam os apelos à oração, mas também qualificam explicitamente a falta de acolhimento a refugiados como um “escândalo” moral. Os jornais declaram que, durante as suas visitas a Portugal, o Papa Francisco tornou-se uma figura simbólica na defesa das pessoas refugiadas e da sua integração, afirmando que a bondade é um elemento essencial no processo de resgate destas populações. Estas iniciativas recorrem a meios criativos para sensibilizar para a crise de refugiados e promover a compreensão nas comunidades locais. Algumas figuras de partidos políticos são citadas nas peças, ao abordarem a “complexidade” do discurso europeu sobre a população refugiada, sublinhando a distinção cada vez mais difusa entre migrantes e refugiados. O setor privado é citado como exemplo de responsabilidade social empresarial ao criar oportunidades profissionais para pessoas refugiadas, o que revela uma abordagem colaborativa entre diferentes setores.

Os conteúdos evidenciam a importância da investigação sobre migrantes e refugiados, reconhecendo o seu papel na compreensão e no enfrentamento dos desafios vividos pelas pessoas deslocadas. Os jornais insistem, nos tempos de emergência, em acolhimento e integração, ou no destaque ao trabalho de organizações religiosas e caritativas em prol das pessoas refugiadas. Além disso, os jornais referem organizações como a Cáritas Internacional, que apelam à concretização de medidas eficazes e criticam o que classificam como meros slogans vazios. De forma recorrente, os textos destacam a importância dos esforços colaborativos entre diferentes setores para responder aos desafios enfrentados pelas pessoas refugiadas, sublinhando a necessidade de compaixão e de ação concreta.

Discussão

Os enunciados noticiosos continuam a retratar estas expressões como excepcionais, reforçando a posição dos refugiados como “fora do tempo comum”. Tal como referem Fabian (1983) e Birth (2008), este processo – designado de alocronismo – impede que as pessoas refugiadas sejam percebidas como sujeitos presentes, com tempo e voz próprios, uma exclusão que se reforça pelas lógicas institucionais que operam como tecnologias de poder. Trata-se de processos que corroboram as conclusões de Vianelli et al. (2022), quando desconstruem a espera como sendo resultado da atuação de mecanismos deliberadamente esculpidos, no sentido de manter e alargar os períodos de suspensão, mantendo as pessoas num tempo liminar, enquanto aguardam pelo institucional e/ou pela recusa concreta e durante o qual podem desistir, um efeito, em si, desejado pela própria tecnologia da espera.

A dimensão do “tempo-político” inclui apelos à sensibilização e à mobilização cívica, mas está, maioritariamente, focada na visibilidade de discursos institucionais, religiosos ou caritativos, muitas vezes assentes em representações moralizantes e paternalistas das próprias populações. Mesmo as referências a supostas ações de integração são narradas como respostas à “emergência” e à demonstração da “cultura de acolhimento”, não havendo reflexão sobre o tempo futuro ou as condições de permanência a longo prazo destas populações, que acabam por ser mantidas numa situação de invisibilidade e sem reconhecimento das suas próprias temporalidades. Esta tendência confirma a análise de Bauman (2004/2005, 2006), que aponta para a dificuldade das sociedades contemporâneas em acolher o estrangeiro como sujeito pleno, mantendo-o num espaço-tempo de ambiguidade e liminaridade.

Confirma-se, assim, o predomínio das representações centradas em temporalidades de emergência e na resposta institucional nas narrativas mediáticas, enquanto as dimensões históricas e sociológicas, essenciais para situar estas populações no tempo presente, são omitidas ou relegadas a um plano subalterno. Como sublinhado por Gabrielatos e Baker (2008), esta ausência favorece simplificações, estereótipos e a reprodução de categorias redutoras. Importa atender a Torvisco e Chinea (2020), que alertam para a importância de escolhas linguísticas que reconheçam a pluralidade dos tempos vividos pelos refugiados, evitando a sua homogeneização ou exclusão simbólica.

Neste sentido, o contributo de Blokker et al. (2023) mostra como o enquadramento político e mediático das crises migratórias deve ser entendido em função da sua contextualização territorial, enquanto Torkington e Ribeiro (2019) defendem a valorização das vozes em primeira pessoa como estratégia fundamental para romper com a invisibilidade imposta. Os resultados obtidos sublinham, por fim, a necessidade de promover uma literacia mediática e migratória que reconheça o papel dos média locais na construção de pertença e coesão social. Tal implica esforço para superar a disjunção temporal e simbólica entre “nós” e os “Outros” através de narrativas mais completas, éticas e sensíveis à complexidade das experiências migratórias, contribuindo para uma cidadania efetivamente plural e coetânea.

Conclusão

A análise desenvolvida evidenciou que, nos jornais locais estudados, há uma tendência a construir uma representação assimétrica das temporalidades envolvidas nas migrações forçadas, privilegiando o tempo dos atores da sociedade que recebe em detrimento dos tempos vividos pelos refugiados. Esta clivagem configura aquilo que podemos designar como uma “fronteira” do tempo, que se constrói como uma linha simbólica que separa quem pertence ao “presente partilhado” e quem permanece remetido a uma temporalidade suspensa e condicional. Tal como as fronteiras geográficas definem acessos e exclusões no espaço, esta fronteira temporal também atua como dispositivo de ordenamento simbólico e político. Determina quem pode inscrever-se no agora, com direitos reconhecidos e voz ativa, e quem continua

a ser projetado num tempo de espera, de exceção ou emergência. Esta fronteira do tempo não é natural nem inevitável, mas uma construção discursiva que pode, e deve, ser desconstruída.

Para ultrapassá-la, é importante que os jornais locais não abordem a migração como um evento episódico, mas a inscrevam em narrativas históricas mais amplas. Considera-se que, ao identificarem as causas estruturais das deslocações forçadas, os discursos mediáticos poderão contribuir para romper com a lógica da exclusão do “Outro” da coetaneidade. Neste contexto, é essencial que os média locais assumam uma função propositiva, contribuindo para imaginar o futuro em comum. Isso implica não apenas relatar iniciativas de acolhimento, mas também discutir de forma crítica as condições de permanência, os direitos a longo prazo e os vínculos comunitários possíveis, bem como integrar as experiências subjetivas dos refugiados nas narrativas jornalísticas, uma vez que as suas vozes, memórias e formas de habitar o tempo devem ter espaço nos jornais, contrariando a tendência para os reduzir a objetos de ajuda ou a protagonistas ocasionais de histórias de superação. Neste sentido, uma comunicação inclusiva exige reconhecer a densidade temporal e humana das trajetórias de deslocação. Assim, a linguagem utilizada, as escolhas visuais e a estrutura dos textos devem ser pensadas de forma a não reforçar essa fronteira simbólica entre o “nosso” tempo e o tempo dos “Outros”.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado no âmbito do financiamento plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025–2029, referência UID/00736/2025, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho resulta da participação das autoras no âmbito da Ação COST CA21143 *Dinâmicas Familiares Transnacionais na Europa (TraFaDy)*.

Referências

- Avraamidou, M., Kadianaki, I., Ioannou, M., & Panagiotou, E. (2019). Representations of Europe at times of massive migration movements: A qualitative analysis of Greek-Cypriot newspapers during the 2015 refugee crisis. *Javnost – The Public*, 26(1), 105–119. <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1505073>
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas* (C. A. Medeiros, Trad.). Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 2004).
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Fear*. Polity Press.
- Birth, K. (2008). The creation of coevalness and the danger of homochronism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 14(1), 3–20. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2007.00475.x>
- Blokker, N., Blessing, A., Dayanik, E., Kuhn, J., Padó, S., & Lapesa, G. (2023). Between welcome culture and border fence: A dataset on the European refugee crisis in German newspaper reports. *Language Resources and Evaluation*, 57(1), 121–153. <https://doi.org/10.1007/s10579-023-09641-8>
- Breazu, P., & McGarry, A. (2023). Romaphobia in the UK Right-Wing Press: Racist and populist discourse during the Brexit referendum. *Social Semiotics*, 34(4), 593–614. <https://doi.org/10.1080/10350330.2023.2165907>

Cabecinhas, R., Balbé, A., Camanho, L., & Cunha, L. (2022). Imagens e miragens do mundo lusófono nos manuais escolares de história portugueses: Visões do passado, presente e futuro. In M. de L. Martins, A. Balbé, I. Macedo, & E. Mabasso (Eds.), *Portugal e Moçambique - Travessias identitárias e imaginários do passado e do presente* (pp. 193–220). Húmus.

Coschignano, S., Minnema, G., & Zanchi, C. (2023). Explaining the distribution of implicit means of misrepresentation: A case study on Italian immigration discourse. *Journal of Pragmatics*, 213, 107–125. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2023.06.002>

Fabian, J. (1983). *The time and the Other: How anthropology makes its object*. Columbia University Press.

Gabrielatos, C., & Baker, P. (2008). Fleeing, sneaking, flooding: A corpus analysis of discursive constructions of refugees and asylum seekers in the UK press, 1996–2005. *Journal of English Linguistics*, 36(1), 5–38. <https://doi.org/10.1177/0075424207311247>

Kakavand, A. E., & Trilling, D. (2022). The criminal is always the foreigner?! A case study of minority signification in German crime reporting. *International Journal of Communication*, 16, 1169–1196.

Macedo, I., Cabecinhas, R., & de Andrés, S. (Eds.). (2024). Migration, communication and activism: Experiences and debates. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 11(2), Artigo e024021. <https://doi.org/10.21814/rlec.6095>

Monteiro, D., Araújo, E., & Azevedo, A. (2024). The time of the outside: Exploring the representation of migrant and refugee individuals in local newspapers. In R. A. Novais & C. Arcila Calderón (Eds.), *Representations of Refugees, migrants, and displaced people as the 'Other'* (pp. 49–65). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65084-0_4

Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Media and forced migrations: Social representations of refugees in the Portuguese media in two mediatic peaks (2015 and 2019). *Comunicação e Sociedade*, 38, 123–137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)

Tavory, I. (2023). A theory of intersubjectivity: Experience, interaction and the anchoring of meaning. *Theory and Society*, 52(11), 865–884. <https://doi.org/10.1007/s11186-022-09507-y>

Torkington, K., & Ribeiro, F. P. (2019). What are these people: Migrants, immigrants, refugees? Migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines. *Discourse, Context & Media*, 27, 22–31. <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2018.03.002>

Torvisco, J. M., & Chinea, S. (2020). Immigrants and refugees: Two sides of the same problem. A linguistic analysis through newspapers and social networks in Spain 2006 and 2015. *International Review of Sociology*, 30(1), 71–89. <https://doi.org/10.1080/03906701.2020.1724370>

Vianelli, L., Gill, N., & Hoellerer, N. (2022). Waiting as probation: Selecting self-disciplining asylum seekers. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(5), 1013–1032. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1926942>

Zamponi, L. (2018). From border to border: Refugee solidarity activism in Italy across space, time, and practices. In D. della Porta (Ed.), *Solidarity mobilizations in the 'refugee crisis': Contentious moves* (pp. 99–123). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71752-4_4